

SEGUNDO AMABÉLIA CHUQUELA, PGA Há crianças traficadas para uniões forçadas

HÉLIO FILIMONE

O TRÁFICO de crianças ou mulheres para a mendicância ou casamentos forçados, é uma das novas práticas dos agentes do crime organizado, que o país tem estado a registar nos últimos tempos, facto que leva a Procuradoria-Geral da República (PGR) a lançar um vigoroso apelo para que a sociedade esteja precavida desta e outras formas, tratando de denunciar os seus autores para a devida responsabilização.

A informação é revelada em entrevista ao nosso jornal por Amabélia Chuquela, Procuradora-Geral-Adjunta, por ocasião da passagem hoje, 30 de Julho, do Dia Mundial de Luta contra o Tráfico de Pessoas. Nesta conversa, a PGA fala dos esforços que Moçambique está a levar a cabo para combater este fenómeno desumano, com especial atenção para os relacionados com exploração sexual, trabalho laboral e servidão por dívidas.

Contudo, Amabélia Chuquela reconhece que existe plena consciência de que muitos casos ainda estão a escapar ao conhecimento das autoridades, visto que o crime de tráfico é complexo, multifacetado, dinâmico e que sofre constantes alterações com o passar do tempo, daí a necessidade de estarmos atentos aos diferentes mo-

dos operandos usados para o recrutamento das vítimas.

Desta feita, convidamos o estimado leitor a acompanhar na íntegra a entrevista que de forma geral aborda a situação do Tráfico de Pessoas em Moçambique.

NOTÍCIAS (NOT) - O tráfico de pessoas é um assunto que continua a fazer vítimas no nosso país. Com a criação do Grupo de Referência Nacional que ganhos concretos se colhem na questão do combate deste fenómeno desumano?

AMABÉLIA CHUQUELA (A. C.) - É importante referir que o Grupo de Referência de Protecção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas é um órgão colegial constituído por instituições estatais e não estatais, responsáveis pela coordenação e implementação de acções contra todas as formas de violência contra a criança, de prevenção e combate ao tráfico de pessoas e de assistência e reintegração das vítimas. Antes da criação do Grupo de Referência, a prevenção e o combate ao tráfico de pessoas eram feitos de forma isolada. Para acabar com essa situação, era necessária uma coordenação e junção de esforços, porque para combater este fenómeno não é possível fazê-lo de forma dispersa. Foi exactamente o que fizemos. Criamos este órgão que é para fortalecer a estratégia de prevenção, repressão e assistência às vítimas do



Amabélia Chuquela, Procuradora-Geral-Adjunta

tráfico, mas também para responder de forma célere aos casos de tráfico não só de pessoas, assim como situações de tráfico de órgãos humanos que já estavam a surgir no país.

NOT - Qual tem sido o raio de actuação do grupo?

A. C. - Conseguimos expandir o grupo de referência para todas as províncias do país, incluindo para os distritos. Por causa desta acção, falar do tráfico de pessoas e de órgãos humanos no país já não é algo desconhecido.

Portanto, em termos de ganhos, constatamos que houve melhoria da coordenação e articulação interinstitucional entre os intervenientes estatais e a sociedade civil que intervém na protecção da criança e combate ao fenómeno. Igualmente, sentimos, de alguma forma, que a questão da protecção, assistência e reintegração das vítimas do tráfico também passou a ser feita de forma mais estruturada e com maior atenção e defesa jurídica dos direitos das vítimas. Do mes-

mo momento, é nossa percepção que foi possível assegurarmos que os casos reportados junto das autoridades competentes são investigados e de forma célere, onde todos os envolvidos nos crimes são responsabilizados. Neste sentido, em termos de ganhos, conseguimos, efectivamente, unir vários seguimentos da sociedade para um objectivo comum.

NOT - E qual é a situação real, neste momento, do tráfico de pessoas em Moçambique?

A. C. - Não obstante os dados estatísticos indicarem que, por exemplo, ao longo do primeiro semestre deste ano, tivemos quatro casos de tráfico contra cinco do igual período do ano passado, estes números são insignificantes para aquilo que nós estamos conscientes de que está a acontecer no país. Julgamos que ainda não estão a ser identificados todos os casos de tráfico.

NOT - De que natureza foram os quatro casos deste ano?

A. C. - Um foi para servidão por dívidas, outro para exploração sexual e dois para exploração laboral. Temos a plena consciência de que muitos casos ainda estão a escapar ao conhecimento das autoridades. Deixe notar que o crime de tráfico é complexo, multifacetado, dinâmico e que sofre constantes alterações com o passar do tempo, daí que é necessários que estejamos em altura de nos apercebermos qual é o modus operandi que neste momento está sendo usado para o recrutamento das vítimas. Também não podemos descurar outras formas de exploração que, neste momento, estão a ser usadas. Muitas vezes julgamos que pode não estar a acontecer no nosso país, mas quando tudo indica que há situações reais.

Prática associada à corrupção

NOT - Quais são as outras formas de tráfico que podem estar a ocorrer no país?

A. C. - Por exemplo, o tráfico para a mendicância forçada ou tráfico para casamentos forçados é prática de actividades criminosas. São estas questões que temos de ver, pois, muitas vezes, fora daquelas modalidades comuns, temos que explorar melhor para nos precavermos. Mesmo quando falamos das modalidades comuns de tráfico, continuam a ser detectados muitos poucos casos de exploração laboral. Para todos os efeitos, há muitas situações que nos conduzem a acreditar que há casos a acontecer no nosso país desta natureza. Por isso é que destacamos a nossa parceria com o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social no sentido de formar e capacitar os inspectores de trabalho. Já formamos na cidade e província de Maputo, mas a ideia é abranger todo o país, de modo a detectar muito mais situações. Para além disso, as próprias autoridades competentes que estão nos postos fronteiriços, onde é possível detectar casos suspeitos, também temos estado a capacitá-las. Para todos os efeitos, julgo que não basta capacitar. É preciso, também, que cada um de nós tenha um certo compromisso com esta causa. Por exemplo, capacitamos agentes da guarda fronteiriça e oficiais da migração nas fronteiras do país, com realce para a de Ressano Garcia, Namaacha, Ponta D'Ouro e nos postos de travessia da província de Gaza, mas algumas situações de tráfico têm a ver com o factor humano, que é a questão da corrupção.

NOT - Está a pretender dizer que a questão do tráfico está ligada à corrupção, sobretudo nos postos fronteiriços, onde o dever dos agentes é travar o fenómeno?

A. C. - Temos algumas situações de fragilidades reportadas nas fronteiras, não que as pessoas (agentes) não sabem o que é que estão a fazer. Têm havido casos de facilitação de saída ou entrada de menores desacompanhados para alguns países vizinhos, como é o caso da África do Sul. Nem sempre temos ideia de que essa nossa actuação pode pôr em risco toda a vida de uma criança, visto que nunca sabemos o que é que vai acontecer com ela do outro lado da fronteira. Então, é importante que a própria sociedade, também, assuma este dever de combater o tráfico e não pensar-se que é tarefa exclusiva das instituições estatais.

NOT - Há algum retorno positivo das pessoas capacitadas ou da sociedade no sentido de denunciar os casos de tráfico?

A. C. - Ainda é muito pouco. Realizamos capacitações em todo o país, com realce para as escolas. Contudo, sentimos que é preciso investir mais na consciencialização das pessoas. Pelo diálogo que temos tido com os alunos, sentimos que estão conscientes de que existe o fenómeno e a quem recorrer para denunciar. Mas isso não basta. O fundamental é começarmos a agir. Saber e ficar calado, não resulta. Se não passarmos à acção, muitos casos continuarão a escapar.

Maputo e RAS destinos preferenciais

NOT - Ao nível interno para onde é que é mais direccionado o tráfico e no que tange ao externo, continua a África do Sul sendo o principal destino?

A. C. - Internamente o tráfico está mais virado para as capitais provinciais, principalmente para a cidade de Maputo. Temos muitas pessoas que são traficadas das províncias, sobretudo de Inhambane e Gaza, para a cidade de Maputo. As cidades capitais de cada província são destino constante porque oferecem melhores condições de vida relativamente aos distritos, postos administrativos ou localidades. Muitas vezes, devido à sua condição de vulnerabilidade, facilmente as vítimas aceitam serem aliciadas com a promessa de que vão receber um determinado ordenado. Na verdade, o que acontece é que, uma vez nas cidades, aquelas promessas brilhantes nunca se verificam.

NOT - É isso que também acontece para fora do país?

A. C. - Mesmíssima coisa. Em todo o caso, o que é mais preocupante é o facto de os recrutadores serem nossos concidadãos. Os maiores recrutadores de vítimas do tráfico de pessoas para a África do Sul são cidadãos nacionais. Muitos deles vivem e estão estabelecidos na África do Sul, que regressam ao país com o propósito de aliciar e levar pessoas da própria família ou conhecidas. Esta é a razão de fundo que nos levou a reforçar a cooperação internacional com os países da região, com enfoque para a África do Sul, facto que nos tem permitido ter um conhecimento exaustivo de casos de tráfico que envolvem cidadãos moçambicanos.

NOT - Há exemplos de sucesso nessa cooperação?

A. C. - É através desta cooperação que temos estado a conseguir fazer o seguimento de casos de tráfico, a exemplo do "Caso Mabuza", que seguimos do princípio até ao fim. O mesmo resultou na condenação à prisão perpétua do criminoso. Este caso está relacionado com cinco crianças moçambicanas traficadas para exploração sexual, onde uma das recrutadoras é moçambicana e parente de parte das vítimas.



"O que mais nos preocupa é que algumas dessas crianças vêm com o conhecimento e autorização dos pais"

Pobreza aumenta vulnerabilidade

NOT - A pobreza tem sido evocada como uma das principais causas para a ocorrência de casos de tráfico de pessoas. Será que esta continua sendo a principal razão para que as pessoas caiam nas mãos dos traficantes?

A. C. - Não só. Às vezes é a falta de oportunidade, a vulnerabilidade das vítimas, principalmente das crianças que vêm de famílias desestruturadas. Outras são órfãs e com uma estrutura familiar muito débil. Estes factores todos estão a propiciar um movimento crescente de pessoas que estão à procura de melhores condições de vida. E, neste grupo de pessoas, já não são somente os homens e

as mulheres que buscam melhores condições de vida, mas também as crianças estão envolvidas. São crianças que grande parte das vezes atravessam sozinhas a fronteira para a África do Sul.

NOT - Mas também nos últimos tempos nota-se um movimento desusado de crianças ao nível interno de uma província para a outra...

A. C. - É verdade. Temos um movimento que é preciso reflectir muito bem e tentarmos perceber o que é que se passa. São crianças desacompanhadas que estão a sair das províncias de Gaza e Inhambane para a cidade de Maputo. Neste movimento, o que mais nos

preocupa é que algumas dessas crianças vêm com o conhecimento e autorização dos pais. Eles permitem que os filhos viagem, não obstante os riscos que elas podem correr por viajar sozinhas até à capital do país. Não se importam com o que poderá acontecer com os seus filhos. Então, estes riscos nos levam a acreditar que a nossa sociedade, de alguma forma, está em crise, porque são valores que sempre defendemos, mas que acabam sendo os primeiros a violá-los. Devemos assumir, em primeira instância, a defesa e protecção das nossas crianças, garantindo que os seus direitos sejam cumpridos.